



Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, Deputado Alexandre Quintanilha

Exmª Srª. Coordenadora do Grupo de Trabalho de Educação Especial, Deputada Maria Manuela Tender

Exmos Colegas e demais convidados presentes.

Nos últimos anos temos vindo a assistir a uma diminuição de alunos em colégios especializados, no âmbito de aplicação das medidas de INCLUSÃO. Isto porque conseguiram uma redução em cerca de 5000 alunos encaminhados para escolas de ensino especial.

Do nosso ponto de vista, e tendo em conta o nosso Know-how, as escolas de Ensino Especial, com Contrato de Cooperação, sempre foram e continuam a ser resposta especializada para alunos com NEEs de caráter permanente. De acordo com a lei em vigor 21/2008, que consagra a inclusão dos alunos com NEE's, reconhece, através dessa lei, haver espaço para os Colégios de Ensino Especial no sistema educativo português.

Nem todos os alunos conseguem manter-se integrados no ^{regime} regular de ensino, apesar do enorme sucesso que todos reconhecemos ^{na} maioria dos alunos com NEE's. Mas também não é menos verdade que a escola pública não está preparada para dar resposta a uma minoria de alunos com graves problemas de foro emocional e de personalidade com acentuada desadequação social. Estes alunos, em muitos casos, são estigmatizados pelos pares.

Nos últimos anos os nossos alunos chegam ao nosso Externato com um historial:

- Crianças que na escola são muito perturbadoras e as famílias são confrontadas por problemas com outros EE ^{pois} não aceitam os seus filhos no mesmo espaço escolar. Estamos a falar de crianças entre os 8 e os 10 anos, que foram confrontadas com a presença da PSP escola segura para serem contidas. As famílias destes alunos são constantemente chamadas à escola para os irem buscar. Alguns destes alunos, com doença mental, com vários



internamentos, ficam estigmatizados na escola pública. Estes alunos, quando encaminhados para a frequência de um espaço escolar especializado e contentor, integram-se e apresentam menos comportamentos negativos, permitindo aceder às aquisições escolares.

As famílias lutam muito para conseguirem uma autorização para frequentar as escolas de educação especial.

Apelo aos srs. Deputados para se colocarem nos sapatos das famílias deste alunos, na sua maioria, desfavorecidas, disfuncionais, de muitos baixos recursos. Todos concordamos com a inclusão, mas também sabemos da necessidade de apoiar os alunos e as famílias que a escola pública, por muitos recursos que tenham, não conseguem dar a resposta que estes pequenos colégios ainda conseguem efetivar.

A nossa resposta em contexto educativo protegido permite potenciar a crescente aquisição de competências. A escola promove e assegura a sua contenção e organização emocional.

Ao longo do ano lectivo ouvimos relatos de muitos pais aquando das entrevistas para pedido de vaga, que são:

“ O meu filho não tem apoios necessários, anda por ali, não aprende e não quer ir à escola”;

- “O meu filho teria terapias ao longo do ano mas tal não se verificou, esteve apenas três meses”;

- “ O meu neto não vai à escola. Chego à porta da escola e não consigo que ele entre” Neste caso o pedido de encaminhamento foi recusado;

- O horário escolar. “As aulas terminam às 15h00 e não o aceitam no ATL”, “começam a meio de Setembro, fecham 15 dias no natal e mais vezes ao longo do ano, terminam em junho, não sei o que fazer até finais de setembro do ano seguinte porque os ATL’s não o aceitam, não estão preparados”.

- “quase todos os dias me chamam para ir buscar o meu filho, não conseguem lidar com ele e eu não consigo arranjar trabalho”...

Para esse efeito, consideramos que os Colégios de ensino especial podem demonstrar dezenas de casos de sucesso onde se conseguiu a dignidade de



integração em espaço escolar, associado com a boa inclusão social para os alunos e suas famílias. Conseguimos fazer isso porque:

- Temos um projeto educativo adequado para essas crianças e adolescentes, o número de alunos por turma, as salas terapêuticas e educativas estão planeadas para as suas necessidades.
- O pessoal é altamente experiente, não muda todos os anos o que promove estabilidade relacional e emocional das crianças e permite promover um projeto educativo integrado com o projeto de vida dessas crianças;
- A equipa multidisciplinar a trabalhar diariamente com esses alunos permite uma interlocução mais célere nas alterações dos métodos e dos planos educativos ou de desenvolvimento;
- Ao mesmo tempo prestamos um apoio informativo e formativo aos encarregados de educação. Os horários alargados de serviço e o calendário escolar alargado permite aos encarregados de educação a sua reintegração no mercado de trabalho.

Dessa forma, para fazer INCLUSÃO é necessário perceber as necessidade e potencialidades de todos os sujeitos na sua singularidade tendo como objetivos principais o desenvolvimento e satisfação pessoal para, depois sim, facilitar a inclusão social das crianças e suas famílias.

O nosso lema tem que ser: Uma INCLUSÃO SEM PRECONCEITO é isso que defendemos. As pessoas são diferentes e pretendemos promover IGUALDADE NESSA DIFERENÇA.

Lisboa, 08 de junho de 2016

Diretora pedagógica,

Fernanda Martins